

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Maioridade Penal

Autor(res)

Narda Roberta Da Silva
Rubian Fonseca

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE

Introdução

Atualmente tem debatido muito sobre o tema da maioridade penal no país. Que não só é um tema polêmico como também envolve a constituição nisso. Todavia, existe uma parte da população brasileira que acha necessário mudar a forma de ver as crianças e os adolescente no ordenamento jurídico, para garantir os direitos coletivos. Portanto, não basta querer e julgar o fato da maioridade penal no Brasil de caso isolado, tem que observar as leis, os princípios, para poder julgar de fato se é benéfico mudar a idade mínima de comprimento de pena.

Quanto se toca no assunto logo pensa no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Mas, o que seria o ECA, segundo o Wikipédia “ É o conjunto de normas do ordenamento jurídico que tem como objetivo a proteção dos direitos da criança e do adolescente”. Porém, não se limita a isso, trata também da garantia dos direitos humanos que é inerente a todo ser humano. O assunto tem grande repercussão pelo fato de muitos adolescentes praticando crimes violentos

Objetivo

Considera a forma mais adequada de lidar com a criança e o adolescente, respeitando a Constituição Federal Brasileira

Material e Métodos

Para uma abordagem adequada do tema, foi necessário ler sobre o assunto, entender o contexto histórico, e acompanhar as notícias atuais. Logo seguiu-se uma análise sobre a responsabilidade do Estado e da sociedade em prover assistência à educação, moradia, à familiar.

Mostrando a dificuldade que a população tem de entender que o dever de todos é proteger e educar as crianças e adolescentes, para não chegar ao ponto desses recorrerem à criminalidade

Resultados e Discussão

Contudo, o tema não é nada fácil de explicar que os atos violentos são reflexo histórico, que para combater e preciso investir nos direitos fundamentais, por isso do outro lado há as pessoas que são a favor do adolescente cumprir certas penas, alegando que esse é capaz de responder totalmente sobre seus atos, não vendo ele como relativamente incapaz nem absolutamente incapaz. Alegando que se o adolescente é capaz de matar, roubar, traficar. Também é capaz de responder com penas de reclusão e detenção. Comparando com os Estados

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Unidos, que trata o tema com rigidez, chegando a aplicar até prisão perpétua a adolescente em determinados estados.

Conclusão

Portanto, é dever do Estado, da família e de toda a comunidade assegurar o direito da criança e do adolescente à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à profissionalização, à dignidade, dentre outros. Para garantir que o Brasil diminua a violência e se torne um país mais seguro de viver, é necessário investir mais na educação, no lazer, na cultura. O problema quando tratado no começo não precisa recorrer a ultima ratio no futuro.

Referências

https://pt.wikipedia.org/wiki/Estatuto_da_Crian%C3%A7a_e_do_Adolescente

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/brasil/maioridade-penal.htm>